



ÁFRICA AUSTRAL

Hoje

SADC HOJE VOL. 20 No. 4 JUNHO 2018



POLÍTICA	3
ÁGUA	4
TOURISMO	5
MUDANÇAS CLIMÁTICAS	6
ENERGIA	7-10
SEGURANÇA ALIMENTAR	11
GÉNERO	12
PAZ & SEGURANÇA	13
ELEIÇÕES	14
EVENTOS	15
HISTÓRIA HOJE	16



Realinhando as infraestruturas com a industrialização SADC avalia progresso

por Joseph Ngwawi

AS INFRAESTRUTURAS são fundamentais para o desenvolvimento regional e o programa está sendo revisto e ajustado para um alinhamento mais próximo com os planos de industrialização da região e do continente africano.

A importância da infraestrutura como facilitadora da industrialização e do comércio é amplamente reconhecida nos instrumentos de política de âmbito regional, continental e internacional.

A Agenda de Desenvolvimento de Doha, por exemplo, bem como o Programa de Acção de Almaty das Nações Unidas e seu sucessor, o Plano de Acção de Viena destinado a apoiar as necessidades especiais dos países em desenvolvimento sem acesso ao mar, identificam o desenvolvimento e manutenção de infraestruturas como uma das seis áreas prioritárias.

Vários programas e estratégias estão em vigor para melhorar as infraestruturas como uma âncora para a transformação sustentável, através de uma maior competitividade comercial. Estes incluem:

- ❖ O Plano Director de Desenvolvimento Regional de Infraestruturas da SADC (RIDMP);
- ❖ O novo Plano Estratégico Indicativo de

Desenvolvimento Regional da SADC (RISDP) 2015-2020;

- ❖ O Programa Tripartido de Facilitação de Transporte e Comércio;
- ❖ O novo Plano de Acção a Curto Prazo para a Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD); e
- ❖ O Programa de Desenvolvimento de Infraestruturas em África (PIDA).

A adopção histórica do RIDMP, em 2012, foi um reconhecimento pelos Estados Membros da SADC de que o desenvolvimento e manutenção de infraestruturas é uma prioridade para a rápida integração regional e para o desenvolvimento económico e comercial.

Os Estados Membros decidiram que as principais barreiras ao comércio e à industrialização poderiam ser enfrentadas através da provisão de infraestruturas transfronteiriças para os sistemas de transporte, produção e transmissão de energia, infraestruturas regionais de telecomunicações, organizações das Bacias Hidrográficas e abastecimento de água e saneamento.

Isto colocou o desenvolvimento integrado das infraestruturas como uma segunda prioridade no contexto do processo de integração regional da SADC e do seu plano actual, o novo RISDP 2015-2020.

O quadro central para a implementação da Prioridade B do RISDP é sustentado pelo Plano Director de infraestruturas, o RIDMP.

continua na página 2...





Realinhando as infraestruturas com a industrialização SADC avalia progresso

A SADC reconheceu, por conseguinte, que as infraestruturas regionais são um facilitador importante da agenda de integração, tal como previsto através do RISDP e da Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC, entre outros quadros estratégicos.

O sucesso dessas estruturas estratégicas exige uma efectiva implementação e avaliação regular do progresso. O RIDMP deveria ser implementado em fases de cinco anos, com a primeira fase a decorrer de 2012-2017.

Uma Cimeira Extraordinária da SADC, realizada em Março de 2017, na Suazilândia (agora eSwatini), instruiu o Secretariado da SADC para rever a Carteira de Projectos de Infraestruturas da SADC no RIDMP para determinar as prioridades a serem focalizadas a nível regional em relação ao nível nacional, no seio dos Estados Membros.

O Secretariado foi orientado a trabalhar com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) para desenvolver os instrumentos e quadros necessários, tais como obrigações de infraestruturas, garantias parciais de risco, garantias de seguros e garantias parciais de crédito para uso nos Estados Membros.

O Secretariado também foi instruído para alavancar a Estratégia de Industrialização do BAD para a África (2016-2025). A estratégia visa desenvolver o sector industrial e a estrutura política em África; fortalecer o comércio intra-africano e integrar a África em cadeias regionais de valor e internacionais; e impulsionar a competitividade e a criação da cadeia de valor em África através da expansão da oferta de serviços empresariais para maximizar o impacto no desempenho das indústrias.

Para atingir estes objectivos, a estratégia do BAD visa fortalecer cinco facilitadores para a industrialização. Estes são política de apoio, ambiente legislativo e institucional; ambiente económico favorável e infraestruturas; acesso ao capital; acesso a mercados; e aptidões competitivas e de empreendedorismo.

O Secretariado da SADC, com o apoio do Banco de Desenvolvimento da África Austral (DBSA), contratou o instituto de desenvolvimento económico do

Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC) para realizar uma avaliação dos resultados alcançados pelo Plano de Acção a Curto Prazo do RIDMP (STAP) 2012-2017.

O Secretariado, em parceria com o BAD, o DBSA e o NEPAD, organizou uma reunião de peritos técnicos dos Estados Membros para discutir a preparação de uma lista prioritária de projectos de infraestruturas para a região.

A reunião, realizada em Joanesburgo, na África do Sul, em Maio, produziu uma lista de projectos de infraestruturas regionais que podem ser implementados a curto e médio prazo e que o BAD pretende implementar em parceria com instituições financeiras de desenvolvimento como o DBSA.

A adopção do RIDMP pela 32ª Cimeira da SADC, realizada em Maputo, Moçambique, em 2012, proporcionou uma oportunidade para os Estados Membros cooperarem na implementação dos projectos prioritários de infraestruturas, sobre os quais havia consenso regional. O Plano Director é composto por três fases:

- Plano de Acção de Curto Prazo (2012-2017);
- Plano de Acção de Médio Prazo (2017 - 2022);
- Plano de Acção de Longo Prazo (2022-2027).

Isto está de acordo com a Visão 2027 da SADC, um horizonte de implementação de 15 anos para previsão dos requisitos de infraestruturas na região.

Está também de acordo com o PIDA da União Africana e constituiu um contributo fundamental para o Programa Tripartido de Comércio e Facilitação de Transportes que é implementado conjuntamente pela SADC, o Mercado Comum para a África Oriental e Austral e a Comunidade dos Estados da África Oriental.

O Plano Director da SADC orienta a implementação de redes de infraestruturas coordenadas, integradas, eficientes e transfronteiriças nos seis sectores prioritários de energia, transportes, turismo, Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), meteorologia e água.

As intervenções são agrupadas em seis planos sectoriais, cada

um representando os sectores prioritários.

O Plano do Sector da Energia procura abordar as quatro áreas prioritárias da segurança energética, melhoria do acesso a serviços energéticos modernos, aproveitando os abundantes recursos energéticos e aumentando o investimento financeiro, reforçando simultaneamente a sustentabilidade ambiental.

No que diz respeito aos subsectores das redes rodoviárias, ferroviárias, portuárias, fluviais e de transportes aéreos, o Plano Sectorial dos Transportes visa abordar quatro áreas fundamentais através da melhoria do acesso à cadeia de valor dos corredores de transporte contínuos; redução do custo do transporte; aumento da competitividade; e fornecimento de serviços de transporte seguros e protegidos.

O Plano Setorial de TIC foi concebido para abordar quatro áreas principais, para garantir a acessibilidade, incluindo o acesso universal a tecnologias de TIC de banda larga; acelerar a integração regional através da interligação de banda larga dentro e entre os Estados Membros da SADC; reduzir o custo de negócios; e melhorar a confiabilidade e a segurança das infraestruturas de TIC.

O Plano do Sector da Água prioriza cinco metas, que são: aumento do armazenamento de água na região; terras irrigadas para segurança alimentar; produção de energia hidroeléctrica para segurança energética; aumento do acesso a água potável segura; e fortalecimento dos serviços de saneamento para os cidadãos da SADC.

O Plano do Sector do Turismo é orientado para o alcance de um desenvolvimento

socioeconómico melhorado; facilitando a comercialização conjunta da SADC como um destino único; aumento das entradas de turismo e das receitas de turismo dos mercados de origem; e desenvolvimento do sector turístico de maneira ambientalmente sustentável.

A ênfase para o Plano Sectorial de Meteorologia é colocada na necessidade de assegurar a disponibilidade de informações de aviso prévio relacionadas a impactos climáticos adversos e variabilidade climática. Outro destaque do Plano Sectorial de Meteorologia é o desenvolvimento de uma estrutura para indicadores harmonizados para a provisão de informações relevantes de previsão do clima para facilitar a preparação de medidas de mitigação contra secas, cheias e ciclones.

O desenvolvimento do RIDMP exigiu um diagnóstico dos desafios enfrentados pela SADC no que diz respeito ao desenvolvimento de projectos regionais de infraestruturas.

Um desafio fundamental para além dos recursos necessários para a preparação do projecto entre os Estados-Membros e o investimento de projectos bancáveis é a priorização dos projectos.

Dado que os recursos de tempo, trabalho e capital são sempre limitados, os Estados Membros da SADC devem dar prioridade a projectos de infraestruturas que produzam benefícios económicos e sociais de forma mais eficiente.

O desafio é agudo para a região da SADC onde a falta de uma lista estrategicamente seleccionada de projectos de infraestruturas é frequentemente um factor crucial que inibe o potencial para o desenvolvimento e financiamento de projectos prioritários. □



Protocolo sobre a Indústria

Apoia a Estratégia de Industrialização e fortalece o desenvolvimento económico

O **SECRETARIADO** da SADC está a desenvolver um instrumento legal que irá melhorar o ambiente político para o desenvolvimento industrial e apoiar a sua implementação.

A implementação de um protocolo da indústria regional deve fortalecer as economias dos Estados Membros da SADC a serem impulsionadas pelo desenvolvimento industrial sem depender exclusivamente da exportação de recursos brutos.

A Secretária Executiva da SADC, Dra. Stergomena Lawrence Tax, disse que um esboço do protocolo está em vigor após consultas com os estados membros.

"Aprez-me informar que durante o ano, iniciou a elaboração da Visão Regional de Mineração da SADC e do Protocolo sobre Indústria, tendo sido realizadas consultas as partes interessadas relevantes", disse a Dra. Tax na reunião do Conselho de Ministros da SADC realizada em Março em Pretória, África do Sul.

Ela disse que o protocolo proporcionará um ambiente político favorável para a implementação da Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC entre os sectores.

Espera-se que a versão final do protocolo esteja pronta até o final de 2018.

De acordo com o plano de acção orçamentado da Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC (2015-2063), espera-se que o protocolo seja adoptado até ao final de 2020.

O protocolo fornecerá o mandato legal para o Secretariado da SADC

coordenar a implementação de actividades industriais regionais, programas e projectos, incluindo a Estratégia e o Roteiro de Industrialização da SADC e o relativo Plano de Acção já orçamentado.

A Estratégia e o Roteiro da Industrialização da SADC visam acelerar o impulso no sentido de reforçar as vantagens comparativas e competitivas das economias dos países da África Austral.

Espera-se que o protocolo reforce o nível de desenvolvimento industrial na região e facilite a harmonização de políticas e estratégias nos Estados membros.

Nos casos em que os Estados Membros já tiverem tais políticas e estratégias, estas devem ser revistas e alinhadas com a Estratégia e o Roteiro da Industrialização da SADC.

Um relatório apresentado durante o Conselho de Ministros da SADC revelou que o Secretariado obteve recursos para actualizar o Programa de Melhoria e Modernização Industrial da SADC (IUMP).

De acordo com o relatório, os Estados Membros da SADC deverão desenvolver IUMPs nacionais até o final de 2018 e implementá-los até Dezembro de 2020.

O IUMP da SADC foi adoptado pelo Comité de Ministros do Comércio da SADC, em 2009, para implementar a componente do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP) que lidava com a industrialização. O RISDP foi posteriormente revisto em 2015 devido ao avanço da

industrialização em relação ao comércio.

Os programas nacionais de modernização industrial devem estar alinhados com o IUMP da SADC que fornece a base para uma abordagem sectorial específica para a industrialização na região, concentrando-se em melhorar as capacidades de produção existentes, modernizar as instalações produtivas, reforçar a infraestrutura de apoio institucional e fortalecer a capacidade regional para pesquisa e inovação.

Para incentivar a criação de cadeias regionais de valor e a participação em processos globais, a região identificou cinco áreas prioritárias em que as cadeias de valor podem ser

estabelecidas e para as quais as estratégias regionais devem ser desenvolvidas até 2020.

Estas são as áreas de agro-processamento, aproveitamento mineral, bens de consumo, bens de capital e serviços.

Estudos detalhados da cadeia de valor são propostos para produtos ou serviços específicos nas áreas prioritárias.

Como parte do processo de promoção da participação na cadeia de valor, existem planos para desenvolver legislação modelo e regulamentos para o agro-processamento intra-SADC, aproveitamento mineral e outras actividades e serviços de produção. sardc.net □

Protocolo de energia em revisão

O **PROTOCOLO** da SADC sobre Energia está a ser revisto para reflectir as dinâmicas de mudança para uma maior aceitação de energias renováveis e maior cooperação no desenvolvimento de energia.

O protocolo, adoptado em 1996, é o principal documento político e normativo sobre o desenvolvimento energético da região e visa fortalecer a cooperação no desenvolvimento de infraestruturas energéticas, bem como assegurar a prestação de serviços energéticos confiáveis e sustentáveis.

Desde 1996, os Estados-Membros implementaram as disposições do protocolo, realizando diversas reformas através de acordos e documentos políticos.

De acordo com um relatório apresentado durante a reunião do Grupo Temático sobre Energia (ETG) da SADC, realizada em Gaborone, Botswana, em Abril, o protocolo revisto da SADC sobre Energia deverá reflectir as realizações e objectivos futuros dos Estados Membros para uma maior integração regional e harmonização do sector energético.

Espera-se que a revisão do protocolo envolva a criação de um comité diretivo que será responsável pela condução do processo, bem como um grupo de trabalho de funcionários técnicos que será encarregado de desenvolver um plano de trabalho e facilitar a revisão.

Espera-se que um versão final do protocolo revisado esteja pronto até o final de 2018. □

ÁGUA

“Assegurando investimentos estratégicos para tirar vantagens da Cooperação Transfronteiriça da Água”

por Eglina Tauya

OS BENEFÍCIOS da cooperação transfronteiriça da água precisam ser concretizados para que recebam investimentos para as suas infraestruturas na África Austral

Esta foi uma das principais mensagens do 8º Seminário das Organizações de Bacias Hidrográficas da SADC, realizado em Windhoek, Namíbia, em Maio.

O Oficial Sénior da Divisão do Programa da Água da SADC, Phera Ramoeli, afirmou que era importante as Organizações de Bacias Hidrográficas comunicarem melhor os benefícios da cooperação, desde a construção da confiança e do dividendo da paz, até aos benefícios socioeconómicos e sociais mais tangíveis bem como os benefícios ambientais que advêm da colaboração e gestão conjunta.

“Apesar de estarem avaliados, documentados e entendidos, os benefícios da cooperação transfronteiriça de água não são bem dominados na região”, disse ele, acrescentando que “ainda não há evidências empíricas para apoiar a extensa literatura existente sobre os benefícios derivados da cooperação transfronteiriça da água”.

Os benefícios da cooperação transfronteiriça da água incluem:

- Melhor gestão e desenvolvimento dos recursos hídricos;
- Crescimento económico acelerado;
- Melhoria do bem-estar humano;
- Aumento da segurança alimentar;
- Segurança energética;
- Maior resiliência a eventos extremos relacionados ao clima, como enchentes e secas;
- Maior sustentabilidade ambiental;
- Melhor partilha de informações.

Estudos científicos demonstraram que a operação coordenada das instalações hidroeléctricas existentes na Bacia do rio Zambeze pode aumentar potencialmente a produção de energia em 23%, sem qualquer investimento adicional.

Como resultado da melhoria da partilha de informação devido à cooperação, as expectativas são altas e que o Sistema de Informação sobre

os Recursos Hídricos da Bacia do Zambeze (ZAMWIS) fornecerá informação orientadora ao Plano Estratégico para a Bacia Hidrográfica do Zambeze que tem um investimento estimado em 16 biliões de dólares norte-americanos em projectos nacionais.

Isso terá o potencial de duplicar a área de irrigação e criar mais de 500.000 novos empregos.

Outro projecto de benefício é o Projecto de Água e Saneamento da Zâmbia-Malawi, na fronteira de Mwami, sob os auspícios do Mecanismo de Desenvolvimento de Infraestrutura Resiliente às Mudanças Climáticas.

O projecto visa beneficiar mais de 6.000 viajantes públicos e 1.500 casas nas cidades fronteiriças de Mwami, Mchinji e Chanida, com abastecimento de água e saneamento.

Na bacia do Orange Senqu, a transferência de água do Lesoto para o Botswana terá benefícios tangíveis, e um estudo está sendo feito para destacar os benefícios multifacetados do projecto. Esta actividade é coordenada pelo Secretariado da Comissão da Bacia Hidrográfica do Orange-Senqu (ORASECOM).

Para a bacia do Cubango-Okavango, o investimento previsto para a Barragem de Mucundi, em Angola, deverá contribuir para 105

megawatts (MW) que poderão ser exportados para a Namíbia e utilizados para o mercado interno.

A intervenção permitirá o desenvolvimento de projectos de irrigação em Angola, bem como regular o fluxo de água para o Delta do Okavango, reduzindo assim a ocorrência de inundações.

“Há necessidade de que as OBCs tomem medidas adicionais para garantir que os benefícios não sejam apenas compreendidos, mas também sejam realizados na região para atrair apoio contínuo dos Estados Membros e investimentos externos”, disse Ramoeli.

O papel do ORASECOM na facilitação da mobilização de financiamento para projetos foi ressaltado.

As RBOs da região estão em diferentes estágios de maturidade em termos de estabelecimento, e os estados ribeirinhos estão mostrando o seu compromisso através da contribuição de recursos para apoiar essas instituições.

Contudo, para que este apoio seja sustentado, os Estados-Membros esperam obter benefícios sociais, económicos e ambientais derivados da cooperação transfronteiriça no domínio da água.

A necessidade das RBOs demonstrarem um valor acrescentado para obter financiamento contínuo dos Estados Membros está a aumentar, devido à competição pelos recursos.

O Seminário observou que os

benefícios ainda precisam de ser identificados, avaliados e bem partilhados.

Estabelecida em 2006, a série de Seminários de RBOs da SADC é organizada a cada dois anos com o objectivo de usar as RBOs como um veículo para o fortalecimento da integração e cooperação regional.

O Seminário de RBOs deste ano foi convocado pela Comissão Permanente da Bacia Hidrográfica do Rio Okavango (OKACOM), em colaboração com o Secretariado da SADC, Direcção de Infra-estrutura - Divisão de Águas e a Parceria Global para a Água da África Austral. Esta iniciativa foi organizada pelo Governo da Namíbia, um dos estados ribeirinhos da OKACOM.

Convocada sob o lema “Assegurando Investimentos Estratégicos para tirar vantagens da Cooperação Transfronteiriça de Água”, o Seminário foi uma plataforma para várias partes interessadas discutirem as oportunidades de investir em projectos de bacias hidrográficas transfronteiriças e também permitir que as RBOs na região partilhassem as suas experiências dentro suas jurisdições.

O objectivo do Seminário foi partilhar experiências sobre a forma como as RBOs podem desempenhar um papel fundamental nos processos de planeamento e implementação de investimento em toda a bacia, a fim de obter os benefícios da cooperação transfronteiriça de água. □

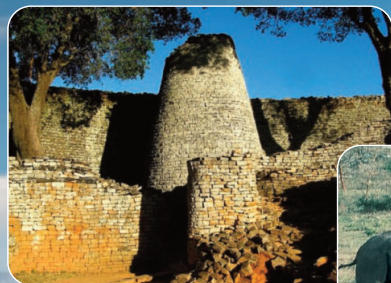
DOZE Estados-Membros da SADC continental partilham 15 bacias hidrográficas. Estas bacias hidrográficas são geridas por 12 organizações de

bacias hidrográficas ou autoridades de gestão de bacias, todas em diferentes estágios de desenvolvimento e capacidade. □

Principais Bacias Hidrográficas partilhadas no seio da SADC

Bacia Hidrográfica	Países	Organização da Bacia Hidrográfica
Búzi	Moçambique e Zimbabue	
Congo	República Democrática do Congo, Camarões, República do Congo, República Centro-Africana	Comissão Internacional da Bacia do Congo-Oubangui-Sangha (CICOS)
Cuvelai	Angola e Namíbia	
Incomati	Moçambique, África do Sul e Swazilândia	
Kunene	Angola, Namíbia	Comissão Técnica Conjunta Permanente do Kunene (PTJC)
Limpopo	Botswana, Moçambique, África do Sul, Zimbabue	Comissão da Bacia Hidrográfica do Limpopo (LIMCOM)
Okavango	Angola, Botswana, Namíbia	Comissão Permanente da Bacia Hidrográfica do Okavango (OKACOM)
Orange-Senqu	Botswana, Lesoto, Namíbia, África do Sul	Comissão da Bacia Hidrográfica do Orange-Senqu (ORASECOM)
Pungwe	Moçambique e Zimbabue	
Ruvuma	Moçambique e Tanzânia	
Save/Sabi	Moçambique e Zimbabue	
Umbeluzi	Moçambique, África do Sul e Swazilândia	
Zambeze	Angola, Botswana, Malawi, Moçambique, Namíbia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbabue	Comissão da Bacia Hidrográfica do Zambeze (ZAMCOM)

Source: www.sadc.int



TURISMO

SADC vai desenvolver programa regional de turismo

A **ÁFRICA** Austral está desenvolvendo um plano que orientará e coordenará o desenvolvimento do turismo na região.

Este avanço está em consonância com uma diretriz adoptada, em Novembro de 2017, numa reunião conjunta dos Ministros da SADC Responsável pelo Meio Ambiente, Recursos Naturais, Pesca, Aquacultura e Turismo, para o Secretariado da SADC desenvolver um Programa de Turismo da SADC.

O programa regional de turismo deverá servir como um roteiro para o desenvolvimento de uma “indústria de turismo ético”, bem como facilitar a remoção de barreiras ao desenvolvimento e crescimento do turismo.

A proposta do Programa de Turismo da SADC está programada para ser finalizada em Agosto e, uma vez desenvolvida, o Secretariado mobilizará recursos para apoiar a sua implementação.

A implementação bem-sucedida do programa permitirá que a região se torne num dos destinos mais preferidos do mundo, permitindo que os países obtenham rendimentos melhores das suas inúmeras atrações turísticas, como as Cataratas Vitória entre a Zâmbia e o Zimbábue, pinturas rupestres San no Botswana e visualização da população selvagem da região.

A criação de um melhor ambiente turístico na SADC irá apresentar novas oportunidades para o desenvolvimento

sustentável, bem como aprofundar a integração, uma vez que os países deverão harmonizar as suas políticas e comercializar em conjunto os seus atrativos.

Globalmente, o turismo é a terceira maior indústria, contribuindo com cerca de 10% do Produto Interno Bruto global, tendo proporcionado cerca de 313 milhões de empregos em Dezembro de 2017.

No entanto, a SADC e o resto do continente africano continuam a obter benefícios limitados das suas vastas atrações turísticas devido a vários factores, incluindo políticas restritivas de viagem, como sistemas de vistos, que exigem que os viajantes da região solicitem visto cada vez que entram noutra país.

Para enfrentar estes desafios e beneficiar mais do turismo, a SADC tem priorizado o turismo como um meio para promover o desenvolvimento sustentável.

Em 1998, a região desenvolveu um Protocolo sobre o Desenvolvimento do Turismo, que visa incentivar a cooperação entre os governos e o sector privado através de um clima de investimento favorável que promova o turismo sustentável, preservando os recursos naturais e culturais da região.

Outras iniciativas regionais importantes que fornecem um contexto legislativo, institucional e programático complementar e amplo para o desenvolvimento do turismo incluem:

- ❖ Organização Regional do Turismo da África Austral (RETOSA) - um órgão responsável pelo desenvolvimento do turismo e marketing de destinos regionais;
- ❖ Protocolo da SADC sobre Conservação da Vida Selvagem e Aplicação da Lei - um instrumento legal que

compromete os Estados Membros a promover a conservação de recursos partilhados da vida selvagem através do estabelecimento de áreas de conservação transfronteiriças;

- ❖ Protocolo da SADC sobre Facilitação de Circulação de Pessoas - um instrumento que exige que os Estados Membros desenvolvam políticas destinadas a eliminar progressivamente os obstáculos à livre circulação de capital e trabalho, bens e serviços e das populações da região; e
- ❖ Plano Director de Desenvolvimento Regional de Infraestruturas da SADC (RIDMP) - o Plano do Sector do Turismo do RIDMP visa o desenvolvimento de infraestruturas para promover a circulação de bens, serviços e pessoas em toda a região. □

Transformação da organização turística regional

A **REFORMA** da Organização regional de Turismo da África Austral (RETOSA) visa transformar este organismo público numa entidade regional de marketing, mais ágil, dinâmica e dirigida pelo sector privado.

Estabelecida em 1997 como uma organização subsidiária da SADC, a RETOSA foi mandatada para encorajar e ajudar no desenvolvimento do turismo na região e no mercado da África Austral como um destino turístico único, mas multifacetado.

No entanto, numa iniciativa destinada a reforçar a organização, os Ministros da SADC responsáveis pelo Turismo aprovaram em Julho de 2016 a transformação organizacional da RETOSA para garantir que esta se concentre mais no marketing, deixando as funções de coordenação da política de turismo para o Secretariado da SADC.

Os Ministros instruíram ao Secretariado para que aproveite o processo de reestruturação em curso para estabelecer a Unidade de Políticas de Turismo no Secretariado da SADC, a fim de garantir uma coordenação eficaz; desenvolvimento, harmonização e implementação da política de turismo e assuntos relacionadas.

Consequentemente, uma Unidade de Coordenação do Turismo foi estabelecida dentro da Direcção de Segurança Alimentar, Agricultura e Recursos Naturais da SADC (FANR).

Portanto, o processo para desenvolver um Programa de Turismo da SADC para orientar e coordenar o desenvolvimento do turismo na região é uma abordagem holística destinada a reestruturar e desenvolver a indústria do turismo na África Austral. □

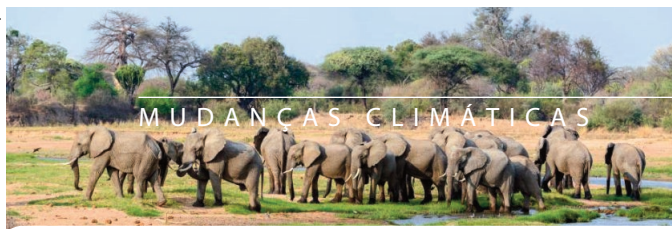
Património Mundial é fundamental na promoção do turismo na SADC

A **UNESCO** lançou uma publicação que captura a beleza de alguns dos patrimónios mundiais existentes na África Austral.

Espera-se que a publicação “Um indicador dos locais do património mundial na África Austral” promova o desenvolvimento do turismo sustentável na região.

Os sítios do património mundial são o foco de atracção para a maioria dos turistas e, se aproveitados e geridos adequadamente, esses locais têm o potencial de contribuir significativamente para o desenvolvimento sustentável. □





Convenção sobre Recursos Biológicos ...SADC adopta posição comum

por Kumbirai Nhongo

A SADC está em processo de desenvolvimento de uma posição comum sobre o uso de recursos biológicos para o desenvolvimento sustentável.

A posição comum é fundamental para abordar alguns dos desafios enfrentados pela região, incluindo a exploração excessiva e a degradação do meio ambiente, que, por sua vez, reduz a quantidade e a qualidade dos recursos biológicos.

Os recursos biológicos são geralmente definidos como sendo quaisquer recursos genéticos, organismos ou partes destes, populações ou qualquer outro componente biótico de ecossistemas que tenham valor real ou potencial ou possam ser usados pela humanidade.

A posição comum da SADC servirá como um quadro orientador para a região em todas as suas negociações sobre os recursos biológicos.

As negociações globais sobre os recursos biológicos serão

realizadas durante a próxima 14ª Conferência das Partes (COP14) da Convenção sobre Diversidade Biológica da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) que vai decorrer em Novembro, no Egito.

Além disso, a Convenção adoptou dois acordos suplementares - o Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança e o Protocolo de Nagoya sobre o Acesso aos Recursos Genéticos e a Partilha Justa e Equitativa dos Benefícios Provenientes de sua Utilização, também conhecido como Protocolo de Nagoya sobre o Acesso e Benefício Partilhado (ABS).

Espera-se que a SADC convoque um seminário regional em Junho para desenvolver a sua posição comum sobre os três acordos globais que lidam com os recursos biológicos.

O seminário regional vai decorrer no âmbito do Programa da SADC sobre Uso Transfronteiriço e Protecção de Recursos Naturais, que visa melhorar a implementação dos protocolos e estratégias da SADC para a gestão sustentável dos recursos naturais pelos actores regionais e nacionais.

Uma posição comum para a CDB permitirá aos Estados Membros da SADC alinhar as políticas e estratégias para o uso sustentável dos recursos biológicos e sensibilizar uns aos outros sobre a conservação de tais recursos.

Todos os 16 Estados Membros da SADC são signatários da CDB, que é também conhecida como a Convenção da Biodiversidade, Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança e o Protocolo de Nagoya sobre ABS.

De facto, todos os países da SADC designaram Pontos Focais Nacionais para a CDB, bem como para o Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança e para o Protocolo de Nagoya sobre o ABS.

Discutida pela primeira vez na Cimeira da Terra realizada no Rio de Janeiro, Brasil, em Junho de 1992, a CDB entrou em vigor em Dezembro de 1993. No entanto, a Convenção foi adoptada apenas durante a COP10, realizada em 2010 em Nagoya, Japão.

A CDB visa promover a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável dos seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização de recursos genéticos.

O Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança busca proteger a diversidade biológica dos riscos potenciais representados pelos organismos vivos modificados como consequência da biotecnologia moderna.

O Protocolo de Nagoya sobre o ABS visa assegurar que a partilha dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos seja feita de uma forma justa e equitativa.

A esse respeito, a próxima COP 14 da CDB oferece uma oportunidade para a comunidade global desenvolver conjuntamente estratégias para mitigar o impacto adverso da actividade humana na vida vegetal e animal, incluindo os seus ecossistemas.

As questões da biodiversidade são uma das principais prioridades da SADC. De facto, a região possui uma rica herança natural de importância global para o clima e a diversidade biológica do mundo.

De acordo com a Estratégia Regional de Biodiversidade da SADC, mais de 40 por cento das espécies da região são endémicas, apenas encontradas na sua localização existente.

A África do Sul está classificada como o terceiro país com maior diversidade biológica do mundo, enquanto no Madagáscar a riqueza de espécies endémicas em relação à área terrestre é incomparável.

O Lago Malawi / Nyasa / Niassa e o Lago Tanganyika contêm números muito elevados de espécies de água doce, enquanto as florestas de Miombo do Zambeze Central na Zâmbia e na Tanzânia são um centro de diversidade de aves e borboletas.

O Botsvana tem a maior população de elefantes da África, enquanto a Tanzânia abriga a maior população remanescente de leões.

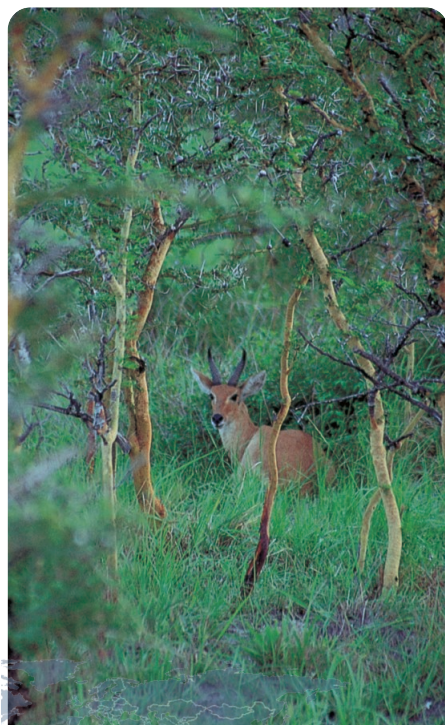
Recursos biológicos como produtos vegetais e animais, madeira e turismo de vida selvagem também representam uma proporção significativa do Produto Interno Bruto da SADC e são uma fonte de subsistência para a maioria dos cidadãos da região.

Apesar dessa riqueza biológica, a região continua enfrentando desafios de desenvolvimento económico, em grande parte devido a dificuldades que são frequentemente experimentadas no aproveitamento equitativo e sustentável do capital de recursos naturais.

Para enfrentar estes desafios, a SADC desenvolveu várias estratégias para assegurar que os seus recursos biológicos beneficiem plenamente os povos da região.

A região também reconhece que a conservação bem-sucedida e o uso sustentável dos recursos biológicos da região dependem da cooperação transfronteiriça entre os Estados Membros e além.

A COP14 vai decorrer de 10 a 22 de Novembro, em Sharm El-Sheikh, no Egito. □





Novas Opções Políticas para Promover Investimentos nas Fontes e Serviços de Energia Renovável

A Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) pôs em prática um plano ambicioso para potenciais financiadores investirem no seu sector energético. Uma das áreas que atrai investimentos é a de Energia Renovável (ER) e a Eficiência Energética (EE). Isso ocorre porque as fontes e serviços de RE são geralmente acessíveis, seguros e confiáveis, além de serem menos poluentes para o meio ambiente em comparação com a energia fóssil. Este resumo político, portanto, descreve algumas das principais considerações políticas que a SADC poderia considerar para atrair investimento privado no sector de energia, com foco especial em RE.

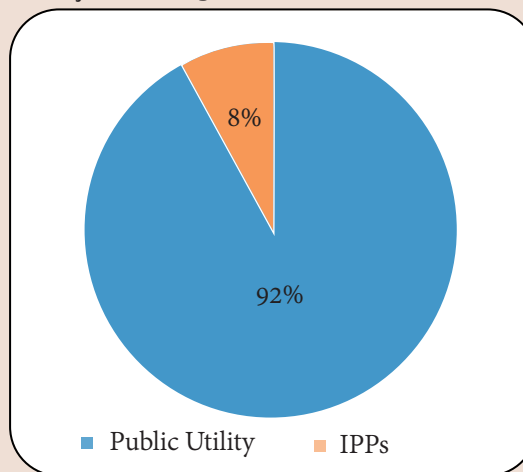
Um caso de parceria público-privada

Apesar do investimento em energia na África Austral estar a crescer, os actuais níveis são inadequados para satisfazer à futura procura. De acordo com a Estratégia e Plano de Acção de Energia Renovável e Eficiência Energética da região (REESAP), a procura de electricidade na região está crescendo a uma média de 3% por ano. Além disso, a economia da região cresceu a uma média de cinco por cento, enquanto a taxa de urbanização registou uma média de seis por cento desde 2016. Este crescimento aumentou a procura de energia e pressiona os Estados Membros da SADC a investirem no seu sector energético.

A este respeito, é necessário que a SADC tome medidas importantes para reforçar a sua capacidade de alcançar a segurança energética, envolvendo outras partes interessadas, tais como o sector privado, na promoção da produção e fornecimento de energia. Por exemplo, a participação do sector privado no sector de energia tem sido em grande parte através de Produtores Independentes de Energia (IPPs), que são instituições que possuem ou operam instalações para a produção de electricidade para uso primário pelo público. No entanto, como observado na Figura 1, a região da SADC continua a ser esmagadoramente dependente das empresas públicas estatais para produção de energia. Reconhece-se que o investimento do sector privado no sector da energia da SADC será mais atraente

quando houver retornos razoáveis sobre o investimento. O surgimento de conceitos de políticas, como tarifas que refletem os custos, tarifas de retorno (FIT), medição líquida e leilões de fornecimento de energia de IPPs, bem como Contratos de Compra de Energia (PPAs), levaram a um aumento nos investimentos em energia em outras regiões e tem a capacidade de ter o mesmo efeito se implementado na SADC.

Produção de Energia do Sector Público-Privado



Fonte: Publicação da RERA sobre Tarifas de Electricidade 2014

Tarifas que refletem os custos

As tarifas que refletem os custos descrevem os verdadeiros custos de produção de energia ou produção de electricidade no momento do uso. Tomando em conta que o investidor espera um retorno viável dos projectos de energia, as tarifas que refletem os custos atrairão o capital privado. Além disso, uma vez que os consumidores pagam o custo real da energia, isso também significa que essa opção tarifária incentiva a adopção de práticas de eficiência energética.

Muitas empresas de serviços públicos na região da SADC cobram menos aos consumidores por uma unidade de electricidade do que aquilo que produzem apesar de existirem acordos para adoptar tarifas eficazes desde 2004. Em Julho de 2015, os



ENERGIA RENOVÁVEL

Ministros de Energia da SADC reafirmaram o seu compromisso de assegurar que a região chegue a tarifas que efectivamente refletem os custos até 2019. Uma pesquisa realizada em 2014 pela Associação Regional de Reguladores de Energia Eléctrica (RERA) mostrou que o sector de energia da região não é altamente autossustentável devido a subsídios. A Tabela abaixo mostra a situação das tarifas que refletem os custos na SADC.

Progresso para tarifas que refletem os custos na SADC

Estado Membro	As actuais tarifas são sustentáveis e suficientes para fornecer incentivos para novos investimentos?	As actuais tarifas são capazes de fornecer incentivos para o uso eficiente de electricidade?	Existe um prazo para atingir tarifas que reflectem os custos?	Existe algum plano aprovado para atingir tarifas que reflectem os custos?
Angola	×	×	√	√
Lesotho	√	×	×	×
Malawi	×	×	√	√
Moçambique	×	×	×	×
Namíbia	√	√	√	√
África do Sul	√	√	√	×
Swazilândia	×	×	×	×
Tanzânia	√	√	×	×
Zâmbia	×	×	√	√
Zimbabwe	×	×	×	×
Total	4	3	5	4

Fonte: Publicação da RERA sobre Tarifas de Electricidade 2014

Conforme ilustrado na Tabela, os reguladores de apenas quatro países membros estão certos de que as suas estruturas tarifárias são suficientes e sustentáveis para fornecer incentivos para novos investimentos. Trata-se do Lesoto, Namíbia, África do Sul e República Unida da Tanzânia. O desafio para a maioria dos Estados Membros da SADC é a necessidade de encontrar um equilíbrio entre a viabilidade dos projectos de energia e a acessibilidade dos produtos para os consumidores, particularmente famílias vulneráveis. Uma opção seria adoptar uma abordagem gradual até que as tarifas económicas sejam alcançadas.

Quadros tarifários plurianuais

Um quadro tarifário plurianual é definido como uma estrutura para regular os licenciados durante um período de tempo em que os princípios de regulação dos retornos dos licenciados e a trajetória dos elementos individuais de custo e receita da concessionária são pré-determinados. Ele fornece clareza sobre as regras a serem aplicadas num período de tempo futuro pré-definido, enquanto procura eliminar os aspectos de controlo da

regulamentação e substituí-los por um sistema de incentivos e penalidades.

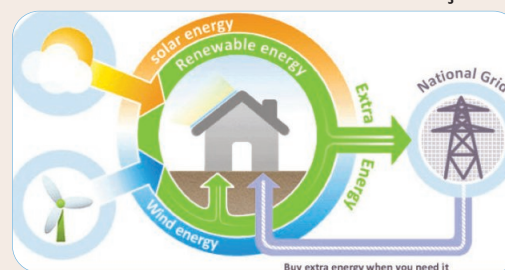
Desta forma, todas as partes interessadas são informadas sobre o resultado de várias acções ou eventos para o período de tempo futuro pré-definido, e são capazes de planear adequadamente.

Em relação à região da SADC, a adopção de tarifas plurianuais poderia ajudar a fornecer sinais importantes de preços e transparência tarifária a investidores e promotores. A maioria dos países da SADC não possui um regime tarifário plurianual. Malawi, África do Sul, Swazilândia e Tanzânia são os únicos países que instituíram uma metodologia tarifária plurianual em algum formato. Destes, a África do Sul tem a maior duração de aplicação, actualmente definida para um horizonte de determinação de cinco anos. O Malawi opera com uma metodologia de quatro anos, a Tanzânia com três anos e a Swazilândia com dois anos.

Tarifas de alimentação

A Tarifa de Alimentação (FIT) é um mecanismo de política projetado para acelerar o investimento em tecnologias de energia renovável. Consiste em disponibilizar contratos de longo prazo para produtores de energia renovável, com base no custo de produção em função dos diferentes tipos de tecnologia. Em vez de pagar uma quantia igual para a energia, as tecnologias de custo mais baixos, como a energia eólica, por exemplo, recebem um preço menor por kWh do que tecnologias que custam mais, como a energia solar fotovoltaica. A ilustração mostra como projetos de energia baseados em FIT podem ajudar a fornecer energia adicional para a rede nacional.

Como funcionam as Tarifas de Alimentação



Fonte: A Compreensão do Ambiente, 2012

Experiências de outros países do mundo sugerem que uma Tarifa de Alimentação bem projetada pode gerar um rápido crescimento para projectos direcionados de energia renovável, criando condições que atraiam capital para esses sectores específicos. Em 2015, a Namíbia iniciou o programa de Tarifa de Alimentação de Energia

Renovável para energia solar fotovoltaica, projetos eólicos e biomassa. O programa visa investimentos em projectos de energia com capacidade de produção entre 500 kW e 5 MW na conclusão.

O apoio tarifário de alimentação é concedido por períodos de até 20 anos e os preços da energia são pagos em dólares da Namíbia, com o preço indexado ao dólar norte-americano à taxa de câmbio prevalente. A luz deste programa FIT, a Namíbia está programada para implantar 30 MW de biomassa, 60 MW de energia solar fotovoltaica e 60 MW de energia eólica. A Tanzânia também está executando iniciativas de FIT para pequenas centrais hidroeléctricas com capacidade de produção inferior a 10 MW. Está em curso um trabalho para introduzir programas de FIT no Botswana, Moçambique e Zimbabwe.

Medição de Rede

Essa política é projetada para atrair investimentos privados em ER, permitindo um fluxo bidirecional de electricidade entre a rede de distribuição de electricidade e os clientes que possuem os seus próprios sistemas de produção. O conceito funcionou bem para promover investimentos em soluções solares fotovoltaicas em residências onde a medição líquida foi introduzida. O cliente paga apenas pela electricidade líquida fornecida pela concessionária (consumo total menos a Auto produção). A produção distribuída combinada com a medição líquida pode ser um factor importante no tratamento da acessibilidade, reduzindo os custos de electricidade e aumentando a disponibilidade de fornecimento.

Além disso, a medição líquida tende a incentivar o uso de fontes de energia renováveis em actividades mais residenciais, reduzindo assim a carga sobre o sistema durante os períodos de pico de demanda. A medição líquida é uma alternativa atraente ou um complemento para um FIT para instalações menores, como a energia solar fotovoltaica doméstica, já que não exige contratos detalhados ou análise financeira. Apenas dois Estados Membros da SADC instituíram a medição líquida - Maurícias e Namíbia. As Maurícias estabeleceram um esquema de medição líquida com um limite global de cinco MW e um limite inferior de 50 kW para produtores independentes. Na Namíbia, a medição líquida é limitada a instalações com capacidade produção de 500 kVA ou menos. Por conseguinte, este terá como alvo as instalações de energias renováveis de pequenas empresas e agregados familiares. A África do Sul e o Zimbabwe estão a planear programas semelhantes.

Licitação Pública Competitiva

O sistema de licitação ou licitação de concorrência pública é um mecanismo de licitação pelo qual as autoridades públicas solicitam propostas para uma determinada quantidade de fornecimento ou capacidade de energia renovável, geralmente com base em um preço acordado. Os vendedores oferecem o preço mais baixo que estariam dispostos a aceitar, mas normalmente a preços acima dos níveis padrão do mercado. Os contratos de compra de energia são concluídos assim que o processo de licitação é concluído.

A África do Sul adoptou essa abordagem para projectos solares e eólicos ligados à rede eléctrica por meio do Programa de Aquisições de Energia Renovável IPP (REIPPPP). O país pretende obter energia de IPPs em cinco voltas de licitações ou concursos. Limites foram estabelecidos sobre a capacidade total de aquisição de cada tipo de energia. Por exemplo, 75 MW foram para um projecto fotovoltaico, 100 MW para um projecto solar e 140 MW para um projecto eólico. Tais restrições destinavam-se a incentivar a concorrência entre os possíveis licitantes e promover o maior número possível de tipos diferentes de tecnologias geradoras de energia renovável.

Desde a sua criação em 2011, quatro voltas de licitações foram realizadas, com mais de 5.000 MW já contratados, e pelo menos 1.860 MW já estão em operação. À medida que o programa renovável foi implementado, o custo das energias renováveis, particularmente a energia solar fotovoltaica, diminuiu. Esta redução de preço é atribuída ao aumento da concorrência em licitações sucessivas, juntamente com o declínio gradual dos preços internacionais de equipamentos de energia renovável. O aumento dos preços da electricidade para os combustíveis fósseis também levou a comparações de custo favoráveis com a energia renovável. O sucesso do processo de licitação competitivo na África do Sul está sendo saudado como um modelo que os outros estados membros podem considerar para adopção.

Acordo de compra de energia

Um Contrato de Compra de Energia (PPA) é um contrato legal entre um produtor de electricidade e um comprador de energia, com duração entre cinco e 20 anos. Esses acordos desempenham um papel fundamental no financiamento de activos de produção própria de electricidade. O vendedor, a luz do PPA, é tipicamente um IPP, uma entidade que gera e fornece energia para as concessionárias estaduais ou diretamente para os usuários finais. O IPP não é um utilitário do estado, mas pode ser parte de uma entidade de Parceria Público-Privada, juntamente com um utilitário do estado.



ENERGIA RENOVÁVEL

As diretrizes do Banco Mundial mostram que os PPAs podem ser usados para projectos de energia onde as receitas previstas para o projecto seriam incertas e, portanto, algumas garantias quanto às quantidades compradas e preço pago são necessárias para tornar o projecto viável. Além disso, eles também trabalham onde existe a possibilidade de competição por concorrência doméstica ou internacional mais barata ou subsidiada. Em tais casos, o PPA oferece alguma certeza de estar protegido de tal competição.

Os contratos de compra de energia também podem funcionar onde alguns clientes importantes obtêm a maior parte da produção. Por exemplo, uma empresa pública pode estar comprando a energia produzida por uma central de energia. O governo vai querer entender quanto vai pagar pela sua energia e que tem a primeira chamada a essa energia. A empresa do projecto desejará certeza da receita e o comprador deseja garantir a segurança do fornecimento.

Na Tanzânia, a Autoridade Reguladora de Energia e Serviços de Água desenvolveu acordos padronizados de compra de energia e diretrizes de processo que ajudaram várias entidades a concluir acordos com a companhia nacional de electricidade da Tanzânia para fornecer energia usando biomassa, mini hidroeléctricas e centrais de energia solar. Os CAEs também tendem a fornecer a estrutura contratual para outras

iniciativas de desenvolvimento de energia, tais como tarifas de alimentação, medição líquida e licitação pública.

Conclusão

A região da SADC precisa aumentar os seus investimentos no sector de energia em reconhecimento ao importante papel que a energia desempenha no desenvolvimento económico. À medida que as economias, as populações e as taxas de urbanização dos estados-membros continuam a crescer, também aumentará a demanda por energia. Embora tenha havido investimentos significativos no sector de energia até o momento, o nível é inadequado para atender à demanda futura. A SADC está, portanto, encorajando uma maior participação do sector privado nos investimentos em energia.

O envolvimento do capital privado requer um clima de investimento favorável que garanta um retorno justo dos investimentos. Os Estados-Membros poderiam, por conseguinte, utilizar novos conceitos de política que incluam tarifas que reflectam os custos, contratos de compra de energia, tarifas alimentação, medição líquida e concursos públicos. A região certamente tem uma grande oportunidade para alavancar novos conceitos de política, a fim de promover investimentos adicionais em projectos de ER e EE..

Referências

- Eberhard Anton (et al) 2016. *Independent Power Projects in Sub Saharan Africa: Lessons from Five Key Countries*. World Bank Group, Washington DC
- REN21 2015. *SADC Renewable Energy and Energy Efficiency Status Report*
- RERA 2016. *Electricity Tariffs & Selected Performance Indicators for the SADC Region 2014*
- RERA 2013. *Supportive Framework Conditions for Mini-Grids Employing Renewable or Hybrid Generation in the SADC Region*
- SADC 2016. *Renewable Energy and Energy Efficiency Strategy and Action Plan*, Gaborone
- SADC, SARDC 2017. *SADC Energy Investment Year Book 2017*. Gaborone, Harare
- SADC, SARDC 2016. *SADC Energy Investment Year Book 2016*. Gaborone, Harare
- SADC, SARDC 2016. *SADC Energy Monitor 2016: Baseline Study of the SADC Energy Sector*. Gaborone, Harare
- World Bank. <https://ppp.worldbank.org/public-private-partnership/sector/energy/energy-power-agreements/power-purchase-agreements>

ESTE RESUMO DE POLÍTICA é produzido pelo SARDC através do Projecto Comunicando Energia na África Austral, apoiado pela Agência Austríaca de Desenvolvimento (ADA) / Cooperação Austríaca para o Desenvolvimento (ADC). O conteúdo deste resumo é da inteira responsabilidade dos autores. A informação e a análise não refletem a opinião oficial da ADA / ADC.



Julius K. Nyerere House
15 Downie Avenue, Belgravia, Harare, Zimbabwe
Tel +263 4 791141 Email sardc@sardc.net
Website www.sardc.net Knowledge for Development

Austrian
Development Cooperation



Previsão de colheitas reduzidas na campanha 2017/18 na SADC - Grandes reservas residuais garantem a segurança alimentar

por Admire Ndhlovu

A REGIÃO da SADC espera colher baixas quantidades de cereais na época agrícola de 2017/18, mas o défice será adequadamente compensado por grandes quantidades de reservas remanescentes na época anterior.

De acordo com a actualização da Previsão da Segurança Alimentar e Nutricional publicada, em Maio, pelo Grupo de Trabalho de Segurança Alimentar e Nutricional da África Austral, a produção de cereais durante a época agrícola de 2017/18 deverá situar-se abaixo da média, apesar das chuvas tardias que favoreceram as sementeiras feitas tardiamente.

"Isso deveu-se ao início tardio da época chuvosa, com o registo de chuvas fracas ou quase inexistentes durante o período crítico de sementeiras (Dezembro-Janeiro), altas temperaturas e a prevalência de lagarta-do-funil do milho", disse o Grupo de Trabalho.

O Grupo de Trabalho é composto pela SADC, Organização das Nações Unidas para a Coordenação dos Assuntos Humanitários, Rede do Sistema de Aviso Prévio contra a Fome, Care International, Oxfam e World Vision.

A época chuvosa 2017-18 foi caracterizada pelo um início

tardio das chuvas, um longo período de seca no meio da época (Dezembro-Janeiro) e fortes chuvas de Fevereiro ao início de Maio.

O período de seca causou falta de humidade e atrofiamento das plantações precoces em muitas áreas em Botswana, sudoeste de Madagascar, sul do Malawi, sul e algumas partes centrais de Moçambique, Zâmbia e Zimbabwe.

"As perspectivas de produção da segunda época melhoraram devido às chuvas acima da média registadas desde Fevereiro. No entanto, prevê-se que a produção de cereais esteja um pouco abaixo ou em níveis médios em 2018", indica o relatório.

O Comité de Estimativas de Culturas da África do Sul divulgou um relatório em Abril dizendo que a safra de milho comercial é estimada em cerca de 12,8 milhões de toneladas métricas, 22% inferior que a produção de 2016/17 que foi de cerca de 15,6 milhões de toneladas.

Além do início tardio das chuvas, espera-se que a colheita de cereais na maioria dos países tenha sido afectada pelo surto de lagarta-do-funil do milho, segundo o Grupo de Trabalho de Segurança Alimentar e Nutricional da África Austral.

A praga foi registada na maioria dos Estados Membros da SADC, excepto nas Maurícias e Lesotho.

No Malawi, a lagarta-do-funil do milho afectou 26% dos 1,5 milhão de hectares de terra cultivada com milho, enquanto na Swazilândia foram afectados mais de 68 mil hectares de plantações, de acordo com o relatório do grupo de trabalho.

Outros países afectados pelo surto de lagarta-do-funil do milho incluem a Zâmbia, onde foram devorados 113.000 hectares da cultura de milho, e o Zimbabwe que perdeu cerca de 6% do milho plantado.

A praga, que surgiu pela primeira vez na região na época 2016/2017, é nativa das regiões tropicais das Américas.

A lagarta-do-funil do milho afecta o milho, cacau, sorgo, arroz, trigo, cana-de-açúcar, amendoim, batata e soja. Ela come as folhas das plantas, bem como suas partes reprodutivas.

O grupo de trabalho, no entanto, disse que o impacto da fraca colheita do que o esperado provavelmente será compensado por reservas significativas de remanescentes na África do Sul, Zâmbia e Zimbabwe, que tiveram boas colheitas durante a época 2016/17.

Estima-se que a África do Sul tenha reservas iniciais de milho de mais de quatro milhões de toneladas, enquanto a Zâmbia e o Zimbabwe podem ter reservas de milho estimadas em 840.000 e um milhão de toneladas, respectivamente.

As reservas iniciais na Zâmbia e no Zimbabwe são suficientes para cobrir 40% e 70% das necessidades anuais de cereais para os dois países, respectivamente.

"Os elevados níveis de reservas devem atenuar parcialmente o impacto das reduções esperadas na produção

de milho, evitando um grande declínio nas disponibilidades domésticas", de acordo com o relatório.

Embora seja provável que a disponibilidade regional de cereais permaneça adequada, espera-se que a insegurança alimentar seja alta entre os agregados familiares vulneráveis em vários países onde se esperam défices de produção.

Estes incluem o Lesotho, partes do sul e centro de Moçambique, norte e oeste da Namíbia, partes do sul da Zâmbia e do Malawi, sul e extremo norte do Zimbabwe e sul de Madagascar.

A avaliação final da vulnerabilidade da SADC deverá ser divulgada em Julho e fornecerá uma actualização sobre estimativas de insegurança alimentar.

Para reforçar a segurança alimentar regional, o grupo de trabalho apelou aos Estados Membros da SADC para que tomassem as medidas apropriadas para promover o comércio de milho e evitar tomar acções ad hoc que restringissem as importações ou exportações de cereais dentro da região.

Além disso, o grupo de trabalho solicitou aos Estados-Membros que aproveitassem o final da época para desenvolver medidas que apoiassem a produção de culturas fora da campanha agrícola.

De acordo com o Secretariado da SADC, a agricultura contribui com até 17% do produto interno bruto da região.

Além disso, mais de 70% da população da região, actualmente com cerca de 327 milhões, depende da agricultura para sua subsistência. sardc.net □

Produção de milho esperada para a época 2017/18

País	Produção estimada de milho (toneladas)
Malawi	3 000 000
Namíbia	136 000
África do Sul	12 827 000
Zâmbia	2 400 000
Zimbabwe	1 000 000

Fontes: Estimativas dos Estados-Membros; Boletim do Grupo de Trabalho sobre Segurança Alimentar e Nutricional da África Austral, Abril de 2018

* Estimativas não disponíveis para outros Estados-Membros



G É N E R O

Foco na paridade de género à medida que 5 países da SADC preparam-se para eleições

por Nyarai Kampilipili

NUMA ALTURA em que cinco países da SADC preparam-se para realizar eleições este ano, é importante avaliar se as mulheres estão entre os candidatos e se as questões de género estão integradas nos processos eleitorais.

Os cinco países da SADC programados para realizar eleições são a República Democrática do Congo (RDC), Madagáscar, Moçambique, Swazilândia e Zimbabwe.

O Zimbabwe anunciou recentemente que vai realizar as suas eleições harmonizadas a 30 de Julho, de acordo com uma declaração pública feita numa sessão extraordinária do Governo realizada no dia 30 de Maio.

A República Democrática do Congo deverá realizar eleições parlamentares e presidenciais a 23 de Dezembro, Moçambique realizará as eleições dos Governos Locais a 10 de Outubro.

Os outros três países - Madagáscar e Swazilândia e Zimbabwe - ainda não anunciaram a data das eleições.

As próximas eleições constituem uma oportunidade para os cinco países avançarem na abordagem da disparidade entre mulheres e homens nos cargos de tomada de decisão política.

Na maioria dos países da SADC, as mulheres não são visíveis nas posições de tomada de decisão em todos os sectores, incluindo no campo político.

Isto apesar do facto de as mulheres constituírem mais de metade da população na maioria dos países da SADC, bem como o facto de, no dia da eleição, as mulheres geralmente aparecerem em maior número para votar.

Vários desafios dificultam a participação das mulheres na política e na tomada de decisões.

Estes incluem a falta de acesso a informações e normas culturais que impedem as mulheres de disputar nas eleições.

As mulheres são às vezes intimidadas de concorrer para posições de liderança ou eleições por vários meios, que incluem violência e intimidação.

Em alguns casos, as mulheres não conseguem entrar nas posições de liderança devido a crenças culturais e sociedades patriarcais que consideram as mulheres como cidadãos de segunda classe.

Esta ideologia é inculcada nos rapazes e raparigas em tenra idade e se torna uma norma, portanto, as crianças crescem acreditando que eles são desiguais.

Tais normas limitam o interesse das mulheres em participar na tomadas de decisão em vários sectores e antecipam crenças de que é a posição correta dos homens.

Embora a maioria dos eleitores na maioria dos Estados Membros da SADC sejam mulheres, eles não votam em outras mulheres em muitos casos.

Isso pode ser atribuído ao facto de que há equívocos de que os sucessos das mulheres são resultado de actividades promíscuas que os colocam em posições de liderança.

Portanto, porque as mulheres não querem ser associadas a essa rotulagem negativa, elas não disputam posições de liderança.

O avanço económico da maioria dos países da SADC



continua distorcido a favor dos homens e isso é um factor que contribui para que as mulheres não possam competir nas eleições.

As campanhas eleitorais e o registo para participar das eleições geralmente requerem recursos e tempo substanciais.

Na maioria dos casos, as mulheres geralmente têm recursos limitados e acabam abandonando as campanhas eleitorais e dedicam o seu tempo às famílias.

Portanto, é essencial assegurar que nas próximas eleições os cinco países da SADC se esforcem por consolidar e melhorar a paridade de género e o empoderamento.

Para promover a igualdade e equidade de género, os líderes da SADC adoptaram o Protocolo Revisto da SADC sobre o Género e Desenvolvimento, que

“prevê o empoderamento das mulheres e a eliminação da discriminação”.

A participação política das mulheres é relativamente baixa em toda a região, e a representação de género no parlamento varia de 6,1% na União de Comores a 46,2% na Namíbia.

No seio dos Países que vão realizar eleições este ano, a proporção de mulheres no parlamento, de acordo com, é de 8.9 por cento na RDC, 19.2 por cento no Madagáscar, 39.6 por cento em Moçambique, 6.2 por cento na Swazilândia e 33.2 por cento no Zimbabwe.

A nível da região, é importante que se reforce esta estrutura do numero de mulheres no parlamento. □

Protocolo da SADC sobre o Género e Desenvolvimento @ 10

O PROTOCOLO da SADC sobre o Género e Desenvolvimento foi adoptado há 10 anos, em 2008.

O protocolo foi revisto em 2016 para que os seus objectivos estejam alinhados a várias metas globais e assuntos emergentes. Por exemplo, o protocolo revisto agora captura assuntos emergentes, como as mudanças climáticas e casamentos infantis.

O casamento infantil é um dos factores que contribuem para o lento progresso na redução da mortalidade materna, mas a definição de uma criança por idade permanece controversa.

O protocolo revisto está também alinhado com outras disposições de vários instrumentos regionais, tais como os relacionados com a gestão sustentável do ambiente, e a Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC. □





Plataforma regional online para acompanhar as intervenções dos órgãos da SADC

A SADC está a desenvolver uma plataforma online que irá acompanhar a implementação de decisões e intervenções do Órgão de Cooperação Política, Defesa e Segurança.

O Órgão da SADC de Cooperação Política, Defesa e Segurança está mandatado para promover a paz e a segurança na região, proporcionando aos Estados-Membros uma orientação sobre os assuntos que ameacem a paz, a segurança e a estabilidade.

O proposto Sistema de Informação da Direcção do Órgão (ODIS) visa criar uma plataforma para automatizar os vários processos levados a cabo pela Direcção do Órgão no Secretariado da SADC.

Esses processos incluem o perfil de País, rastreamento de conflito, suporte de campo de mediação, capacitação, pesquisa de aviso prévio e relatórios.

O Secretariado da SADC procura identificar um consultor para desenvolver a plataforma online, que irá capturar e descrever os Estados Membros de acordo com a sua população, informação económica e informação política.

Em última análise, o sistema online deve:

- Permitir a recolha atempada e a comunicação de dados e informação relacionada com a paz e segurança para a Direcção do Órgão;
- Recolher informações relacionadas à observação eleitoral e observadores eleitorais;
- Recolher informações relacionadas com a avaliações de mediação e planos de acção para cada estado membro;
- Recolher informações para os diferentes sectores do órgão, incluindo Polícia, Planeamento, Defesa e Prisões, entre outros;

- Recolher informações relacionadas a especialistas treinados em observação, mediação ou migração de eleições;
- Recolher informações relacionadas aos comités técnicos e estatutários do órgão; e
- Fornecer um repositório de conhecimento para informações, dados e relatórios relacionados às melhores práticas e lições

aprendidas reunidas durante as missões e atribuições relacionadas aos principais deveres do órgão. □

Função da Direcção de Órgãos

O **ÓRGÃO** de Cooperação Política, Defesa e Segurança (Órgão) foi lançado em Junho de 1996 como uma instituição formal da SADC com o mandato de apoiar a obtenção e manutenção da segurança e o estado de direito na região.

O Órgão é uma das Direcções do Secretariado da SADC cujo principal mandato é actuar como um instrumento para assegurar e apoiar a segurança e a segurança política e socioeconómica da região da África Austral.

O Tratado da SADC, o Protocolo sobre Cooperação Política, Defesa e Segurança, e o Plano Estratégico Indicativo para o Órgão (SIPO) II são os principais documentos que orientam as actividades do Órgão.

O SIPO foi desenvolvido para orientar a implementação do Protocolo de Cooperação Política, Defesa e Segurança. Dentro da estrutura do Secretariado da SADC, o Órgão é supervisionado pelo Secretário Executivo. □

Masisi é o novo Presidente do Botswana



MOKGWEETSI MASISI é o novo presidente do Botswana. Ele foi empossado 1 01 de Abril após a reforma de Seretse Khama Ian Khama.

Anteriormente como vice-presidente, Masisi foi o vice de Khama e é agora o quinto presidente do Botswana desde a independência em 1966.

A norma no Partido Democrático do Botswana é que o Presidente renuncie um ano antes do término do segundo mandato e entregue a um sucessor que fará campanha na próxima eleição depois de ocupar o cargo por um ano.

O Botswana agendou a realização das suas eleições em 2019, e o país usa um sistema eleitoral de Pluralidade em Círculo Uninominal ou 'Primeiro à Chegada' (FPTP) para a eleição dos Membros do Parlamento.

Os deputados eleitos actuam então como colégio eleitoral para escolher o presidente. □

SADC abre escritório de monitoria na RDC

A SADC abriu um Gabinete na República Democrática do Congo (RDC) para monitorizar e fornecer apoio eleitoral ao país.

Falando na cerimónia oficial de abertura, a 16 de Abril, a Secretária Executiva da SADC, Dra. Stergomena Lawrence Tax, disse que o escritório reforça a presença da organização regional na RDC e providencia uma via para uma colaboração mais estreita com as partes interessadas no país nos esforços contínuos da SADC de apoiar o país para alcançar a paz sustentável, a segurança, a estabilidade política e o desenvolvimento socioeconómico.

Entre outros objectivos, o Gabinete de Monitoria da SADC na RDC servirá para coordenar

as iniciativas políticas, eleitorais e de segurança em curso na SADC.

O escritório permitirá à SADC identificar áreas específicas onde o seu apoio é necessário, em ligação com o governo da RDC, bem como com os intervenientes nacionais, continentais e regionais.

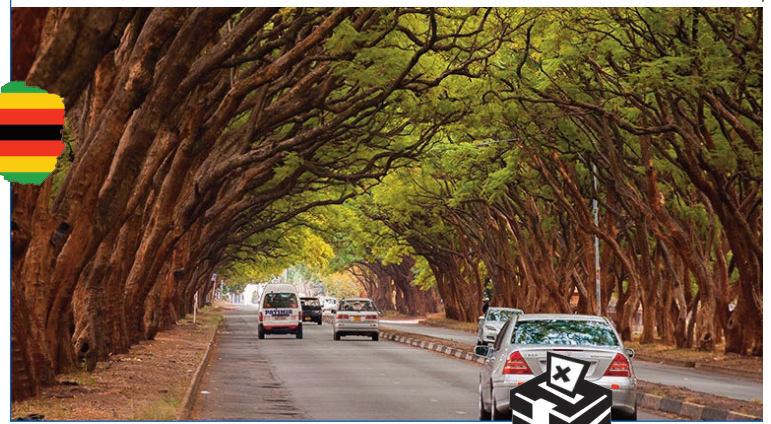
A Dra. Tax elogiou o Governo da RDC, os partidos políticos, a Comissão Eleitoral Independente Nacional (CENI), as organizações religiosas e outras partes interessadas pelos seus esforços e progressos feitos para garantir a paz e a estabilidade no país.

Ela apelou as partes interessadas na RDC para que se abstenham de qualquer forma de violência e encontrem formas

pacíficas de resolver suas diferenças, a fim de criar um ambiente propício para a realização de eleições pacíficas e confiáveis em Dezembro de 2018.

A CENI fixou o dia 23 de Dezembro como a data das tão esperadas eleições parlamentares e presidenciais da RDC. □





Zimbabwe prepara-se para as eleições purificadas

OS ZIMBABWEANOS vão às urnas a 30 de Julho para eleger um novo presidente, parlamentares e vereadores nas eleições de purificação.

O Presidente Emmerson Mnangagwa disse que caso não haja nenhum vencedor absoluto nas eleições presidenciais, uma segunda volta será realizada a 8 de Setembro.

Espera-se que Observadores Eleitorais de 46 Países e 15 organizações regionais e internacionais possam monitorar as tão esperadas eleições harmonizadas no Zimbabwe.

A lista de Observadores inclui representantes da Commonwealth União Europeia, Estados Unidos, Grã-Bretanha e das Nações Unidas - que irão observar as eleições pela primeira vez em quase duas décadas.

A decisão de convidar os observadores está alinhada com o novo impulso do governo de voltar a engajar-se com a Comunidade Internacional após anos de "relações frias", bem como um compromisso do Zimbabwe de realizar eleições livres e justas.

Alguns observadores como a Missão de Observação Eleitoral da SADC e do Mercado Comum para a África Oriental e Austral (COMESA) já começaram a despachar as suas missões para avaliar o estado de preparação do Zimbabwe para as próximas eleições.

De acordo com a tradição, os observadores irão assistir as eleições em três fases: o

período pré-eleitoral, eleitoral e pós-eleitoral.

A condução de todas as missões de observação será guiada pelas disposições da lei eleitoral do Zimbabwe e pela Constituição. Após as eleições, espera-se que as missões produzam os seus relatórios sobre o processo eleitoral, indicando se elas foram livres, justas e credíveis.

O Presidente Mnangagwa prometeu realizar eleições livres e justas, e também instou aos eleitores e a todos os outros partidos políticos e partes interessadas a manter a paz antes, durante e depois das eleições.

As eleições marcam a primeira vez que os dois principais partidos políticos - a Frente Patriótica da União Nacional Africana do Zimbabwe (ZANU-PF) e o Movimento para a Mudança Democrática - Tsvangirai (MDC-T) - participam com novos candidatos presidenciais.

Mnangagwa é o candidato presidencial ds ZANU-PF após a renúncia de Robert Mugabe, em Novembro de 2017, enquanto Nelson Chamisa assumiu a liderança do MDC-T após a morte de Morgan Tsvangirai, em Fevereiro.

De acordo com a Comissão Eleitoral do Zimbabwe (ZEC), mais de 120 partidos políticos registaram-se para participar nas eleições, embora o número exato de candidatos à presidência ainda não seja conhecido.

O tribunal de nomeações vai reunir-se no dia 14 de Junho, nas

várias províncias, para aceitar indicações de aspirantes a candidatos presidenciais, parlamentares e do Governo Local.

As eleições de 30 de Julho marcarão a primeira vez que o País utilizou a tecnologia de Registo Biométrico dos Eleitores (BVR). A tecnologia BVR regista dados físicos como o rosto e impressões digitais para fins de identificação.

A 8 de Maio, um total de 5.439.822 pessoas haviam se registado para votar, de acordo com a ZEC. Destes, 2.953.142 ou 54,3 por cento são mulheres, enquanto os restante são homens.

O Zimbabwe usa sistema eleitoral conhecido por "o primeiro a chegada" para as eleições presidenciais, parlamentares e locais, onde o candidato com mais votos é o vencedor.

A Assembleia Nacional é composta por 210 membros eleitos e um adicional de 60 lugares reservados para mulheres.

Há seis assentos reservados para mulheres em cada uma das 10 províncias administrativas do Zimbabwe, com os membros eleitos por meio de um sistema de representação proporcional baseado nos votos expressos para candidatos representando partidos que disputam as eleições parlamentares em cada uma das províncias.

A luz da nova Constituição, adoptada em Maio de 2013, a provisão para assentos reservados para mulheres será aplicada apenas para duas

eleições, o que significa que as próximas eleições marcarão a última vez que esta exigência será aplicada.

O Senado é composto por 80 membros, compreendendo seis representantes eleitos com base na representação proporcional de cada uma das 10 províncias, bem como dois representantes de pessoas com deficiência.

Os restantes são 18 chefes tradicionais, incluindo o presidente e vice-presidente do Conselho Nacional de Chefes e dois chefes de oito províncias, com excepção das duas províncias metropolitanas de Harare e Bulawayo.

O Zimbabwe introduziu, pela primeira vez, um sistema de "lista de zebra" para a indicação de candidatos do Senado nas eleições de 2013.

A luz deste sistema, os partidos políticos são obrigados a apresentar listas de candidatos mulheres e homens de forma alternada, com uma mulher no topo de cada lista.

O sistema de "lista de zebra" é usado para eleições parlamentares e locais em outros Estados membros da SADC, como Lesotho, Namíbia e África do Sul.

Nas últimas eleições realizadas em 2013, a ZANU-PF ganhou as eleições presidenciais com 61% dos votos contra 34% do MDC-T. Nas eleições parlamentares, a ZANU-PF ganhou 159 assentos, ou seja, 76% dos 210 assentos eleitos na Assembleia Nacional, obtendo uma maioria de mais de dois terços. O MDC-T obteve 50 assentos, cerca de 24% dos votos. □



ÁFRICA AUSTRAL HOJE

SADCHOJE Vol. 20 No 4 JUNHO 2018



ÁFRICA AUSTRAL HOJE é produzido como uma fonte de referência das actividades e oportunidades na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, e um guia para os responsáveis pela elaboração de políticas a todos os níveis de desenvolvimento nacional e regional.

Comunidade para o desenvolvimento da África Austral
 Secretariado da SADC, SADC House,
 Private Bag 0095, Gaborone, Botswana
 Tel +267 395 1863 Fax +267 397 2848/318 1070
 E-mail registry@sadc.int Website www.sadc.int

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado seis vezes por ano pelo Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC) para o Secretariado da SADC em Gaborone, Botswana, como uma fonte credível de conhecimento sobre o desenvolvimento regional. Os artigos podem ser reproduzidos livremente pelos órgãos de comunicação social e outras entidades, citando devidamente a fonte.

EDITOR
Munetsi Madakufamba

COMITÉ EDITORIAL
Joseph Ngwawi, Kizito Sikuka, Eglina Tauya, Admire Ndhlovu, Phyllis Johnson, Danai Majaha, Kumbirai Nhongu, Anesu Ngadya, Tariro Sasa, Nyarai Kampilipili, Tanaka Chitsa, Lynette Chitambo, Tonderai Mpopu, Monica Mutero

TRADUTOR
Bonifácio António

ÁFRICA AUSTRAL HOJE conta com o apoio da Agência Austríaca para o Desenvolvimento, que assiste o Grupo Temático de Energia da SADC co-presidido pela Austría.
© SADC, SARDC, 2016

ÁFRICA AUSTRAL HOJE acolhe as contribuições individuais e de organizações dentro da região da SADC em forma de artigos, fotografias, artigos noticiosos e comentários, e também artigos relevantes de fora da região. Os editores reservam-se o direito de seleccionar ou rejeitar artigos, e editar para se ajustar ao espaço disponível. O conteúdo não reflecte necessariamente o posicionamento oficial ou opiniões da SADC ou SARDC.

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado em Inglês, Português e Francês, e está disponível num formato digital no Portal de Internet www.sardc.net Conhecimento para o Desenvolvimento, ligado a www.sadc.int

COMPOSIÇÃO & MAQUETIZAÇÃO
Tonely Ngwenya, Francis Chikanga

FOTOS E ILUSTRAÇÕES
 P1 cdn2.portalangop, vesselfinder.com, pulse.com, manica.org, gstatic.com, hevault.exchange; P2 guidetrip.com, politiceconomy.org, manica.org; P4 qzr, ipinimg; P5 4.bp.blogspot.com, 1.bp.blogspot.com, tomodachisafaris, the patriot; P6 bp.blogspot, iyting, vecea.vegetationmap4africa, Wikimedia, hollywoodfishfarm; P11 thumbs.dreamstime.com, images.wine.co.za, encrypted-tbn0.gstatic.com; P12 chronicle.co.zw, weekendpost.jpg, africanleadership P13 4.bp.blogspot.com, img.bulawayo.jpg, thisafrica; P14 nehandaradio.com, herald.co.zw, i.guim; P16 seychellesnews, en.wikimedia

Subscriva Hoje
ÁFRICA AUSTRAL HOJE está disponível através de uma taxa de subscrição anual para seis meses: 55 dólares para fora de África, incluindo o envio; 40 dólares nas restantes partes de África; e 30 dólares na África Austral. A subscrição permite receber a publicação via aérea ou por e-mail. Para mais detalhes, contacte o Editor.

A correspondência para esta publicação deve ser dirigida ao
sadctoday@sardc.net

Centro de Documentação e Pesquisa para África Austral
 15 Downie Avenue, Belgravia, Harare, Zimbabwe
 Tel +263 4 791 141 Fax +263 4 791 271

www.sardc.net
 Conhecimento para o Desenvolvimento

 [sardc.net](https://www.facebook.com/sardc.net)  [@sardc.net](https://twitter.com/@sardc.net)



Este documento foi produzido no contexto de um projeto financiado pela Agência Austríaca de Desenvolvimento / o Desenvolvimento Austríaco Cooperação. A responsabilidade do conteúdo desta publicação reside inteiramente no autor; as informações e opiniões expressas não refletem a opinião oficial da Agência austríaca de desenvolvimento / Cooperação austríaca para o desenvolvimento.





Junho – Agosto 2018

Junho 5, Global	Dia Mundial do Meio Ambiente As comemorações anuais visam aumentar a consciencialização sobre a necessidade de conservar e proteger o meio ambiente. O tema deste ano é "Não a Poluição Plástica".
6-8, Rwanda	Cimeira de Inovação em África 2018 A cimeira é uma iniciativa destinada a aproveitar e mobilizar os detentores de poder de tomada de decisão política, investidores, inovadores, pesquisadores e jovens numa coligação de acção coletiva para promover e construir um ambiente propício para a inovação em África.
17, Global	Dia Mundial do Combate à Desertificação e à Seca O dia é observado todos os anos para promover a consciencialização pública sobre a necessidade de combater e reduzir a desertificação.
19-22, Maurícias	Fórum Africano de Energia O Fórum Africano de Energia reúne governos, empresas de energia e grandes actores do sector de energia da África e do resto do mundo para se concentrarem na disponibilização de infraestruturas de energia em África. O fórum é o encontro global de investimentos para os sectores de energia, energia, infra-estrutura e indústrias de África.
25-28, África do Sul	Reunião dos Ministros do Género da SADC Os Ministros do Género e dos Assuntos das Mulheres da SADC reúnem-se anualmente para rever o programa regional de género. A reunião constitui uma oportunidade para os Estados membros partilharem o progresso na implementação dos compromissos de género.
25 Junho-2 Julho, Mauritânia	31ª Cimeira da União Africana A 31ª Sessão Ordinária da Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana será subordinada ao tema "Ganhar a Luta Contra a Corrupção: Um Caminho Sustentável para a Transformação de África". A cimeira é precedida por uma sessão ordinária do Conselho Executivo de 28 a 29 de junho.
Julho 30, Zimbabwe	Eleições harmonizadas no Zimbabwe Os zimbabweanos vão às urnas para eleger um presidente, membros do parlamento (assembleia nacional e senado) e vereadores locais para os próximos cinco anos.
23, África do Sul	Grupo de Trabalho Ministerial da SADC sobre Integração Regional The taskforce will discuss progress in the implementation of various SADC decisions on regional economic integration. These include implementation of the Costed Action Plan of the SADC Industrialisation Strategy and Roadmap.
30- 1 Agosto, Namíbia	Semana de Industrialização na SADC O evento de uma semana visa popularizar a Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC aprovada em 2015. Agora no seu terceiro ano, o evento anual compreende uma conferência de alto nível para discutir formas de acelerar a agenda de industrialização da SADC, bem como uma exposição dos governos, empresas, instituições de pesquisa e outras partes interessadas.
Agosto 17-18, Namíbia	38ª Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da SADC Os líderes da SADC reúnem-se anualmente, em Agosto, na sua Cimeira ordinária para discutir questões destinadas a promover a integração e o desenvolvimento regional. A cimeira é precedida por reuniões de altos funcionários e do Conselho de Ministros. O Presidente Anfitrião Hage Geingob, da Namíbia, assumirá a presidência da SADC actualmente exercida pelo seu homólogo sul-africano Cyril Ramaphosa.
Por indicar	Fórum de Previsão Climática para a África Austral Os especialistas em clima dos Estados Membros da SADC reunir-se-ão para rever as previsões climáticas regionais, usando indicadores de precipitação sazonal para produzir uma previsão regional para a época chuvosa de 2018/19.

HISTÓRIA
HOJE

25
YEARS

Seychelles celebra a independência ...e 25 anos desde a adoção da Constituição

JUNHO É um mês especial na história das Seychelles.

O país ganhou sua independência da Grã-Bretanha a 29 de Junho de 1976.

O mês também testemunhou a adoção histórica da actual Constituição, a 18 de Junho de 1993, que viu a introdução de um sistema político multipartidário.

Para comemorar essas conquistas, as Seychelles combinaram os dois eventos em 1993 e passou a comemorar o dia 18 de Junho como o Dia Nacional.

No entanto, a partir de 2015, o Dia Nacional foi transferido para a data original de 29 de Junho, que é a data real da independência do arquipélago de 115 ilhas no Oceano Índico.

O DIA 18 de junho é agora marcado como Dia da Constituição para celebrar a adoção da actual Constituição em 1993.

Neste dia, milhares de pessoas participam de eventos comemorativos que incluem desfiles, uma feira de flores, música e um discurso presidencial.

No entanto, o caminho para a independência foi longo para as Seychelles.

Na década de 1760, os franceses invadiram e assumiram o controle das Seychelles, nomeando as ilhas depois de Jean Moreau de Sechelles, que era o Ministro das Finanças da França.

Os franceses mantiveram o controlo sobre as ilhas até o início da década de 1790, quando os britânicos começaram a afirmar a sua presença.

Em 1794, a Grã-Bretanha anexou as Seychelles e a ilha foi administrada a partir das ilhas Maurício até 1903, quando se tornou uma colônia britânica separada.

À medida que a população crescia e as plantações se expandiam, os britânicos foram rápidos em efetuar mudanças económicas e sociais nas ilhas ao abolir a escravidão e a indemnização paga aos proprietários de plantações de cana-de-açúcar.

No entanto, como a França, os britânicos usaram as ilhas para manter prisioneiros. No final do século XIX e início do século XX, eclodiu um conflito entre trabalhadores indianos e proprietários de plantações.

A nível político, aumentou a pressão para que a Grã-Bretanha cedesse poder aos habitantes locais.

Em 1964, os partidos recém-formados, o Partido Unido Popular das Seychelles, que era o partido socialista liderado por France-Albert René, e o Partido Democrático das Seychelles, liderado por James Mancham, solicitaram a independência do Reino Unido.

Um acordo foi alcançado com as eleições realizadas em 1974 e vencidas pelo Partido Democrático das Seychelles. No entanto, as Seychelles ainda estavam sob controlo britânico e a pressão pela independência total continuou.

Isso foi finalmente alcançado a 26 de Junho de 1976, quando as Seychelles se tornaram independentes e foi governado por uma coligação, com Mancham como presidente e René como Primeiro-Ministro.

Isso durou um ano, até 5 de Junho de 1977, quando Mancham foi removido num golpe, e instituído como Presidente.

Em 1978, o governo promulgou uma nova constituição, transformando as Seychelles num Estado de partido único. A 27 de Dezembro de 1991, a constituição foi ajustada a fim de fazer concessões a outros partidos políticos.

No entanto, foi somente a 18 de Junho de 1993 que a actual constituição das Seychelles foi aprovada e as primeiras eleições legislativas e presidenciais multipartidárias foram realizadas em julho.

René ganhou essa eleição e as seguintes três eleições até que ele renunciou em 2004, quando entregou o poder ao actual presidente James Michel.

Desde então, a nação insular fez progressos significativos no sentido do desenvolvimento socioeconómico, bem como promoveu a paz e a estabilidade na África Austral. □



Lembrando Seretse Khama e Masire

O DIA de Sir Seretse Khama é um feriado nacional oficialmente designado para homenagear o primeiro presidente do Botswana.

Isso é comemorado no aniversário de Seretse Khama, que nasceu A 1 de Julho de 1921 e se tornou o primeiro líder do Botswana após a independência, a 30 de Setembro de 1966.

Ele morreu de cancro do pâncreas a 13 de Julho de 1980. Seretse Khama foi um dos Pais Fundadores da SADC, e ele foi o pai do ex-presidente Seretse Khama Ian Khama.

Seretse Khama foi sucedido por Ketumile Masire, que era seu vice desde 1965. Masire tornou-se o segundo presidente do Botswana de 1980 a 1998 e faleceu aos 91 anos, a 22 de Junho de 2017. □

FERIADOS PÚBLICOS NA SADC

Junho - Agosto 2018

1 Junho	Dia Internacional da Criança	Angola
15 e 16 Junho	Eid al Fitr + (End of Ramadan)*	Malawi, Tanzânia, Maurícias
18 Junho	Dia da Constituição	Seychelles
25 Junho	Dia da Independência	Moçambique
26 Junho	Dia da Independência	Madagáscar
29 Junho	Dia da Independência	Seychelles
30 Junho	Dia da Independência	RDC
1 Julho	Dia de Sir Seretse Khama	Botswana
2 Julho	Feriado Público	Botswana
2 Julho	Dia dos Heróis	Zâmbia
3 Julho	Dia da Unidade	Zâmbia
6 Julho	Dia da Independência	Malawi
7 Julho	Saba Saba	Tanzânia
16 Julho	Dia do Presidente	Botswana
17 Julho	Feriado do Dia do Presidente	Botswana
17 Julho	Aniversário do Rei	Lesotho
22 Julho	Feriado Público	Swazilândia
23 Julho	Aniversário do Pai do Rei	Swazilândia
1 Agosto	Dias dos Pais	RDC
6 Agosto	Dia dos Agricultores	Zâmbia
8 Agosto	Dia dos Camponeses Nane Nane	Tanzânia
9 Agosto	Dia da Mulher	África do Sul
13 Agosto	Dia dos Heróis	Zimbábue
14 Agosto	Dia das Forças Armadas	Zimbábue
15 Agosto	Dia de Assunção	Madagáscar, Seychelles
15 Agosto	Assunção da Bem-aventurada Virgem Maria	Maurícias
17 Agosto	Dia da SADC**	Todos
22 Agosto	Eid al Adha	Tanzânia
26 Agosto	Dia dos Heróis	Namíbia
27 Agosto	Feriado Público	Namíbia
31 Agosto	Umhlanga Reed Dance	Swazilândia

Um futuro partilhado no seio da Comunidade Regional